

Folha. 17Rubrica 8

GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA Nº 03/2023

RATIFICO a presente **JUSTIFICATIVA**
Publique-se, providencie-se o contrato.

Aquidabã/Se, 03 de Janeiro 2023.

Francisco Francimário Rodrigues de Lucena
Prefeito

O GABINETE DO PREFEITO vem, perante Vossa Excelência, apresentar a seguinte justificativa para locação de imóvel localizado a Av. Marcelo Déda Chagas nº 1732, de propriedade da Sra. Neusa Maria Carvalho Cardoso, destinado a instalações da Secretaria de Gabinete, estando o dispêndio mensal orçado em **R\$ 2.000,00 (Dois mil reais)** por um período de **11 (onze) meses e 27 (Vinte e sete) dias**, nos termos em que preconizado pelo Art. 24, X, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CONSIDERANDO que a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, apesar de preconizar ser o certame a regra geral, em seu artigo 24 prevê hipóteses em que a realização de tal mister seria inconveniente e bastante dispendioso para a Administração Municipal, dispensando ou inexigindo a licitação;

CONSIDERANDO que uma das hipóteses de dispensa de licitação é a que se adequa ao presente caso, sendo prevista no artigo 24, inciso X, da Lei nº 8666/93, que assim dispõe, ver bis:

Art. 24 – É dispensável a licitação:

(...)

X – para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

CONSIDERANDO, que esta locação é evidente no sentido de que o imóvel, objeto da locação, servirá para acomodar o Gabinete do Senhor Prefeito, que não dispõe de prédio com espaço suficiente, de propriedade do município para servir-lhe:

Folha. 18Rubrica 8**GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ**

CONSIDERANDO, que a escolha do citado imóvel se dá em função de sua privilegiada localização, dimensão e qualidade da edificação, atributos dos quais derivam a impossibilidade de o interesse público ser satisfeito através de um outro imóvel, que não este selecionado;

CONSIDERANDO, por derradeiro, que o preço contratual a ser pactuado, encontra-se em compatibilidade com o praticado no âmbito da Administração Pública Municipal e situa-se na média do mercado. Conforme podemos constatar através do Laudo de Avaliação elaborado pelo Engenheiro deste Município;

CONSIDERANDO, que com fulcro nos incisos II e III do parágrafo único do artigo 26 da Lei de Licitações e Contratos a contratação instituiu o **PROCESSO DE DISPENSA**, encontra-se substancialmente justificado com espeque nas razões de fato e de direito em epígrafe;

Ante o exposto, submetemos a presente **JUSTIFICATIVA** à apreciação do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Aquidabã/SE, para posterior celebração do contrato, tudo nos termos da Art. 26, do mesmo Diploma Legal já mencionado.

Aquidabã/SE, 03 de Janeiro 2023.


UNALDO CESAR GOMES MOREIRA
ASSESSOR ESPECIAL